



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
2ª Câmara de Direito Público  
*Gabinete Desembargador Ricardo Paes Barreto*

44  
PC

**Habeas data nº 331506-6**

**Impetrante:** Carlos Pirancy Caetano de Oliveira.

**Impetrado:** Comandante Geral da Polícia Militar do Estado de Pernambuco.

**EMENTA:** ADMINISTRATIVO. HABEAS DATA. PRETENSÃO DE OBTENÇÃO DE CÓPIAS DE PROCESSO DISCIPLINAR. DESCABIMENTO. FALTA DE INÍCIO DE PROVA MATERIAL DE COMPROVAÇÃO DO VÍNCULO APONTADO COMO EXTINTO. ORDEM DENEGADA. DECISÃO UNÂNIME. 1. O habeas data não se presta à obtenção de vista ou cópias de processo administrativo, como requerido na espécie em que o impetrante não junta um único início de prova comprobatório de seu então vínculo com a PMPE. 2. Denegação da ordem à unanimidade de votos.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de habeas data nº 331506-6, acima referenciados, ACORDAM os Desembargadores integrantes da 2ª Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, em sessão desta data e à unanimidade, em denegar a ordem, nos termos da ementa supra, dos votos e da resenha em anexo, que fazem parte integrante deste julgado.

P. R. I.

Recife, 2 de Julho de 2014

**Des. Ricardo Paes Barreto** - Presidente e relator



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Grupo de Câmaras de Direito Público  
*Gabinete Desembargador Ricardo Paes Barreto*

40

**Habeas data nº 331506-6**

**Impetrante:** Carlos Pirancy Caetano de Oliveira.

**Impetrado:** Comandante Geral da Polícia Militar do Estado de Pernambuco.

**RELATÓRIO**

Cuida-se habeas data impetrado contra o Comandante Geral da Polícia Militar do Estado de Pernambuco, objetivando lhe seja assegurado acesso integral ao processo disciplinar, e sua devida publicação no Diário Oficial do Estado, que excluiu o impetrante das fileiras da PMPE, documentação cujas cópias que teriam sido negadas voluntariamente.

Concedida a gratuidade processual, quando notificada, a autoridade apontada como coatora prestou as informações de fls. 26/28, aduzindo, em suma, que não há comprovação nos autos de que o impetrante tenha requerido administrativamente a documentação referenciada, desconhecendo, inclusive, que o mesmo tenha sido policial militar do Estado, pugnando, ao final, pela denegação da ordem.

A douta Procuradoria de Justiça opinou às fls. 31/33, pela concessão da ordem.

Feito este sucinto relato, inclua-se em pauta para oportuno julgamento.

Intimações necessárias.

Recife, 13 de junho de 2014

*Des. Ricardo Paes Barreto*  
**Relator**



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Grupo de Câmaras de Direito Público  
*Gabinete Desembargador Ricardo Paes Barreto*

45  
2

**Habeas data nº 331506-6**

**Impetrante:** Carlos Pirancy Caetano de Oliveira.

**Impetrado:** Comandante Geral da Polícia Militar do Estado de Pernambuco.

**VOTO**

A controvérsia trazida a este colegiado gira em torno da verificação do direito do impetrante, em sede de *habeas data*, de obter do Comando da Polícia Militar do Estado cópia de apontado processo disciplinar, e sua devida publicação no Diário Oficial do Estado, que teria o excluído das fileiras da PMPE.

De acordo com o art. 7º da Lei nº 9.507/97, conceder-se-á *habeas data*:

- I - para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registro ou banco de dados de entidades governamentais ou de caráter público;
- II - para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo;
- III - para a anotação nos assentamentos do interessado, de contestação ou explicação sobre dado verdadeiro mas justificável e que esteja sob pendência judicial ou amigável.

Já o art. 5º, LXXII, da CF, especifica que conceder-se-á "habeas-data":

- a) para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público;
- b) para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo;

Observa-se, diante do exposto, não ser possível o acolhimento da pretensão requerida, pois o *habeas data* não tem cabimento para a obtenção de vista ou cópias de processo administrativo (STF, Pleno, HD 90 ARg, rel. Min. Ellen Gracie, DJe de 18/03/2010, e STJ, S1, HD 232, rel. Min. Mauro Campbell Marques, julgado em 29/02/2012, com outros precedentes citados), registrando, ainda, que o impetrante não juntou aos autos um único documento fazendo ao menos início de prova de que tenha algum dia integrado a Polícia Militar do Estado.

Ante o exposto, impõe-se a denegação da ordem.

É o voto.

Recife, 2 de Julh de 2014

*Des. Ricardo Paes Barreto*  
**Relator**